

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária, do Quarto ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos seis de novembro de dois mil e doze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Livro dos Provérbios – Capítulo 8, versículos de 12 a 20: “Eu, a Sabedoria, sou vizinha da sagacidade, e tenho o conhecimento e a reflexão. Temer a Deus é odiar o mal. Por isso, eu detesto o orgulho e a soberba, o mau comportamento e a boca falsa. Eu possuo o conselho e o bom senso; a inteligência e a fortaleza me pertencem. É através de mim que os reis governam e os príncipes decretam leis justas. Através de mim, os chefes governam e os nobres dão sentenças justas. Eu amo os que me amam, e os que me procuram me encontrarão. Comigo estão a riqueza e a honra, a prosperidade e a justiça. O meu fruto vale mais do que ouro puro, e a minha renda vale mais do que prata de lei. Eu caminho pela trilha da justiça, e ando pelas veredas do direito, para levar riquezas aos que me amam e encher os seus cofres.” Primeiramente, o Sr. Presidente ressaltou a presença do nobre Vereador Derli Antonio Vicentin, o qual acolhia com todas as honras; o parabenizou, desejando que ele fosse feliz em seu mandato; a seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Derli Antonio Vicentin, Edison Cardoso de Sá, Gerson Antonio, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, III, do Regimento Interno, combinado com o Art. 24, inciso III, § 2º da Lei Orgânica do Município, o Senhor Fábio Augusto Pina, motivo pelo qual ocupou a cadeira desse Vereador, o seu Suplente, o Sr. Derli Antonio Vicentin, devidamente empossado no dia vinte e três de outubro de 2012, no Gabinete do Presidente, apresentando seu Diploma Legal e as Declarações de Bens e de desincompatibilização. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da

Matéria constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Senhor Prefeito, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 086/2012 encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a proibição de instalação de presídios, casas de detenção, reformatório de menores, centros de ressocialização, de detenção provisória e similares em todo o território do Município de Jaguariúna; 2. Ofício DER nº 088/2012 encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que institui a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, de que trata o artigo 149-A, da Constituição Federal; 3. Ofício DER nº 090/2012 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dá nova redação ao § 2º, do art. 32, da Lei nº 2.025/2010, que dispõe sobre a organização dos serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Jaguariúna, e dá outras providências; depois de lidos foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões para parecer; 4. Ofício SEGOV nº 321/2012 dando resposta ao Requerimento nº 087/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações sobre existência de cronograma para a feitura de sinalização aérea e de solo nas vias recém recapeadas nos bairros e no centro da cidade, entre outra questão; 5. Ofício SEGOV nº 329/2012 acusando o recebimento das Indicações nºs.: 169/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 168/2012 do Sr. Gerson Antonio; 6. Ofício SEGOV nº 336/2012 acusando o recebimento das Indicações nºs.: 170, 171 e 172/2012 do Sr. Gerson Antonio; 7. Ofício SEGOV nº 339/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 079/2012, do Sr. Rainero Venturini solicitando à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos informações dos motivos dos Correios ainda não chegarem no Bairro Nova Jaguariúna III; (com cópia ao Sr. Prefeito Municipal). A seguir, foram lidas as ementas das seguintes proposituras dos Senhores Vereadores: Requerimentos: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Presidente da JAGUAR PREV informações do motivo de ter sido solicitado aos funcionários da Prefeitura o recadastramento nessa Autarquia; 2. Do Sr. Gerson Antonio (Gerson do Gás) solicitando ao Ministério Público em Jaguariúna cópias na íntegra de todas e quaisquer denúncias realizadas contra o Poder Executivo Municipal protocoladas durante o ano de 2012; 3. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao

Presidente desta Casa de Leis, agendar reunião com o D.E.R. – Departamento de Estradas de Rodagem – Setor Responsável pela Duplicação da SP95 – Trecho Amparo-Pedreira-Jaguariúna, bem como com a Empresa responsável pela Obra, para discussão sobre solução do problema existente no km 69, conhecido por “Turma Noventa”; 4. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quais entidades do Município deixarão de receber o total de verba a elas destinadas, e por que elas receberão apenas 50% do valor. Indicações: 1. Do Sr. Gerson Antonio (Gerson do Gás) solicitando ao Executivo Municipal dedetização em toda rede pluvial da cidade; 2. Do Sr. Gerson Antonio (Gerson do Gás) solicitando ao Executivo Municipal sinalização horizontal e vertical próximo à UPA – Unidade de Pronto Atendimento e estacionamento apropriado para quem frequenta o local; 3. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua 03, próximo ao nº 724, no bairro Zambom; Moções: 1. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento do Sr. José Daniel Pires Cordeiro, ocorrido em 02 de novembro corrente, aos 63 anos de idade, na cidade de Mogi Mirim; 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento da Sra. Líbera Marchesini de Campos Souza, ocorrido em 18 de outubro pp., aos 74 anos de idade, nesta cidade; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento do Sr. Leonardo de Souza, ocorrido no dia 2 de novembro corrente, aos 71 anos de idade, nesta cidade; 4. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento do Sr. Osmaldo Carneiro, ocorrido no dia 3 de novembro corrente, aos 91 anos de idade, nesta cidade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 002313/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 10.448,03; 2. Comunicado nº 002884/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.200,00; 3. Comunicado nº CM 220063/2012 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 417.090,76; 4. Comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre liberação de verba ao Município, de janeiro a setembro, no valor de R\$ 11.075.991,09; 5. Comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre liberação de verba ao Município, de janeiro a setembro, no valor de R\$ 1.942.969,58; 6. Ofício nº 579/2012 – DCON do Chefe da Divisão de Convênio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, comunicando prorrogação “De Ofício” do Convênio nº 01.0030.00/2011; entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a

Prefeitura de Jaguariúna; 7. Ofício nº 26BPM/I-341/220/12 do 1º Ten. PM – Comandante do 2º Pel. PM, dando resposta ao Requerimento nº 078/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal e ao Comandante do Destacamento da PM informações sobre o motivo da fixação dos cones impedindo o trânsito, defronte ao Destacamento da Polícia Militar e Delegacia, na rua José Alves Guedes, bem como defronte ao SOS Cidadão, na Avenida Marginal; 8. Ofício C.CCM nº 2615/2012 da Conselheira Cristiana de Castro Moraes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dando resposta ao Requerimento nº 030/2010 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o motivo da reabertura da Licitação, na modalidade concorrência, agora sob o nº 001/2010, cujo Edital está sendo objeto de análise prévia pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo? (contratação de empresa para fornecimento de todo material, equipamentos e mão de obra para execução integrada dos serviços de limpeza pública e manutenção, compreendendo a coleta e transporte de lixo domiciliar, destinação final do lixo domiciliar, varrição e limpeza de ruas e logradouros públicos e equipe padrão para serviços gerais diversos). (com cópia para o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo); 9. Ofício XDB 07/2012 – da Primeira Secretária da ONG Xodó de Bicho solicitando a inclusão da entidade no Orçamento da Prefeitura no ano de 2013; 10. Processo nº 17/2012 – Finanças-Contabilidade desta Casa, referente ao Balancete das Despesas e Receitas da Câmara Municipal de Jaguariúna do mês de setembro de 2012; 11. Processo nº 18/2012 – Finanças-Contabilidade desta Casa, referente ao Balancete das Despesas e Receitas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna do mês de setembro de 2012. A seguir, o Sr. Presidente colocou em Votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Presidente da JAGUAR PREV informações do motivo de ter sido solicitado aos funcionários da Prefeitura o recadastramento nessa Autarquia, em votação, foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Gerson Antonio; 2. Requerimento do Sr. Gerson Antonio (Gerson do Gás) solicitando ao Ministério Público em Jaguariúna cópias na íntegra de todas e quaisquer denúncias realizadas contra o Poder Executivo Municipal protocoladas durante o ano de 2012, em votação o requerimento obteve o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Derli Antonio Vicentin, Gerson Antonio e Rubens das Virgens, e quatro contrários dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Karina

Valéria Rodrigues, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi favorável ao referido requerimento, sendo assim, o mesmo foi aprovado por cinco votos favoráveis, sendo quatro contrários; 2. Requerimento do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Presidente desta Casa de Leis, agendar reunião com o D.E.R. – Departamento de Estradas de Rodagem – Setor Responsável pela Duplicação da SP95 – Trecho Amparo-Pedreira-Jaguariúna, bem como com a Empresa responsável pela Obra, para discussão sobre solução do problema existente no km 69, conhecido por “Turma Noventa”, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quais entidades do Município deixarão de receber o total de verba a elas destinadas, e por que elas receberão apenas 50% do valor, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Moção do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento do Sr. José Daniel Pires Cordeiro, ocorrido em 02 de novembro corrente, aos 63 anos de idade, na cidade de Mogi Mirim, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 6. Moção do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento da Sra. Líbera Marchesini de Campos Souza, ocorrido em 18 de outubro pp., aos 74 anos de idade, nesta cidade; 7. Moção do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento do Sr. Leonardo de Souza, ocorrido no dia 2 de novembro corrente, aos 71 anos de idade, nesta cidade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento do Sr. Osmaldo Carneiro, ocorrido no dia 3 de novembro corrente, aos 91 anos de idade, nesta cidade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por oito minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, usou a palavra o senhor Rubens das Virgens que, depois de cumprimentar a todos, disse que queria, naquele momento, manifestar a sua insatisfação e ele acreditava que fosse a insatisfação geral, pela maneira como estava terminando aquele Governo nos últimos meses, inclusive, pelo não pagamento das Entidades que prestavam serviços relevantes na cidade, que atendiam pessoas necessitadas e que, ultimamente, não estavam recebendo, algumas não recebiam cinquenta por cento, a CARISMA, já tinha deixado de passar cem por cento, e o comunicado era que não iria ser mais pago aquela verba destinada à manutenção da Casa, e daquela maneira os funcionários tiveram uma surpresa, e ficaram sem receber,

alguns deixaram de pagar aluguel e outros despesas básicas da manutenção de cada um e aquilo demonstrava um caos, um corte e até de pessoas que dependiam de cuidados médicos, acompanhamento de enfermeira, pessoas que dependiam de alimentos por sonda, pessoas que eram internadas e além da dependência química, tinham problemas paralelos, às vezes não tinham famílias, e dependiam de um cuidado muito de perto, e naquele momento aquelas pessoas não estavam recebendo e também, não poderiam deixar de prestar atendimento a eles, que dependiam para sobrevivência, de cuidados; disse que era lamentável e que faltava palavra correta para uma atitude tão lamentável como aquela e ele ficava muito estarecido com aquela situação, porque aquilo demonstrava uma falta de planejamento pela atual gestão de toda a equipe que não previram, porque em uma eleição tinha de se prever, ganhar ou perder, independente de qualquer coisa, se sabia que havia uma prestação de contas, então a situação demonstrava que o carro estava sendo guiado sem direção, e aquilo era muito lamentável, e ele deixava lá a sua indignação, e ele era solidário ao requerimento do Fred, e deixava lá o seu protesto naquela situação; a seguir, fez uso da palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que depois de cumprimentar a todos, parabenizou e agradeceu a presença do ex-prefeito, senhor Laércio pela presença naquela Casa de Leis, dizendo que tinham sido poucas as vezes em que ele esteve na Casa, e ele sabia que a presença dele lá era como a maioria das entidades, que estavam preocupados com o rumo que ia tomar até o final do ano, e que muita coisa se diziam, de vender propriedades, enfim de várias outras coisas, que poderia acontecer até o final do ano; parabenizou, também, a Rita que esteve lá presente, e que era Vereadora eleita também, e fazer uma homenagem especial ao colega Derli; agradeceu a presença dele por estar na Casa, e disse que ele achava justo o pouco espaço de trabalho que ele teria, mas ele sabia que através da ética que eles teriam de respeitar, ele teria uma cadeira naquela Casa, e eles sabiam muito bem daquilo, e ainda mais como legislador, e a pessoa que respondia como suplente do PTB era o Derli, (naquele momento houve manifestação da plateia), e o senhor Alfredo continuou sua fala dizendo que, então, ele achava que ele deveria estar ocupando uma cadeira há muito tempo naquela Casa, e ele esperava que o senhor Derli pudesse exercer com dignidade, com a liderança que ele sempre exerceu quando ele esteve presente com eles, e era uma pessoa que, realmente, tinha feito por merecer tudo aquilo, e ele gostaria que ele tivesse sido um candidato na última eleição e que ele não pôde ser um candidato por mais um jogo político que o tinha deixado de fora, mas ele, realmente, esperava que no espaço que ele tinha lá, que ele pudesse deixar

gravado nos anais da Câmara, que ele tivesse sido um Vereador atuante na Casa de Leis; deu parabéns e boas vindas a ele; disse que, no dia seguinte, sete de novembro, faria um mês das eleições municipais no Brasil, haviam terminado, e ainda tinha gente achando que o resultado nas urnas não era o justo e tinha gente em Brasília, novamente, tentando por meios escusos para que, realmente, ele pudesse conseguir ainda uma esperança de poder exercer um brinquedo que ele tinha assumido quatro anos atrás, porque tinha brincado de ser Prefeito, na opinião dele, e estava tentando mais uma vez ir contra a tudo aquilo que as urnas tinham apregoadado; lembrou que em semanas anteriores tiveram naquela Casa, vários manifestos de pessoas que não tinham concordado com aquilo que tinha ocorrido nas urnas e o ruim era que a transmissão, ainda, não tinha acontecido e naquele momento eles tinham começado a ter acesso a alguns papéis, e ele gostaria de ter aqueles papéis há três ou quatro semanas atrás, para poder mostrar para aquelas pessoas que tinham ido se manifestar, que era um relatório de pessoas RPA e comissionados que estavam naquela Casa questionando aquilo que tinha acontecido nas urnas, pessoas que, ele tinha observado, que ganhavam mais de cinco mil reais por mês, e eram mais de quatrocentos e cinquenta funcionários comissionados e RPA que ganhavam mais ou menos aquele valor e o Vereador ganhava três mil e quatrocentos reais, e lá estava o seu holerith, e tinham pessoas que iam até a Casa denegrir a imagem deles, questionando aquilo que eles tinham falado lá, e o manifesto e eles sabiam que a Casa de Leis não permitia o manifesto e que a população tinha de assistir uma audiência da Câmara e tirar a opinião daquilo que achasse necessário, porque tinham de debater, era função do Vereador debater e dar as opiniões dele e muitos poderiam concordar e muitos poderiam não concordar, e não cabia à população a manifestação e sim ao Presidente coibir a manifestação; disse que, infelizmente, nas últimas sessões daquela Câmara estava quase que impossível poder falar naquela Casa, por pessoas que não respeitavam a democracia, e tudo aquilo que eles tinham lutado por vários anos, para chegarem lá e terem o direito de se expressarem; muita gente por ser pessoas que iam perder o emprego e tinham interesses particulares, iam contra os interesses da comunidade (naquele momento houve manifestação na assembleia), e o senhor Alfredo continuou sua fala dizendo que ele gostaria de dizer a todos e inclusive à colega dele, a Karina, que até aquele momento não tinha admitido, e tinha falado que na ultima sessão, se ninguém fosse abduzido, o Prefeito seria o Gustavo Reis, (naquele momento houve manifestação da assembleia), e o Senhor Presidente pediu ao Plenário que não se manifestasse e que só depois que o Vereador terminasse sua fala; o Senhor Alfredo continuou

sua fala dizendo que a eleição tinha terminado e que o Prefeito Eleito da cidade era o senhor Tarcisio e a Vice Prefeita era a Dora e tinha havido o recurso lá em Brasília, a decisão já tinha sido dada e por enquanto o Prefeito Eleito era o Tarcisio e assumiria, se Deus quisesse, no próximo dia um de janeiro, e o que ele tinha ficado sabendo que tinha sido abduzido nos últimos dias no Município, eram os funcionários comissionados, tinham sumido e tudo aquilo que as antigas administrações faziam no dia trinta e um de dezembro, ou seja, pediam para que todos os comissionados entregassem o cargo para que o novo prefeito que assumisse e desse a ele o cargo necessário, era feito no dia trinta e um de dezembro e no ano de dois mil e doze, estava sendo feito no dia trinta e um de outubro, dois meses antes, haja visto a situação caótica que se encontrava o Município e tudo aquilo que se apregoava nos comícios deles, aquilo que diziam na Casa, que a situação era crítica, muitas vezes questionava, e inclusive até o Prefeito falava que o Município estava no azul, e estava nada, estavam devendo e muito, haja visto as entidades que estavam na Casa, naquela noite, mendigando, repetiu, mendigando, cento e cinquenta mil reais, e de Comissionados, ele falava para todos que tinha quatrocentos e cinquenta, ganhando em média cinco mil reais, e pediu para que fizessem a conta, que dois milhões por mês ele gastava com RPA na cidade, e as entidades que prestavam serviço para a cidade estavam lá mendigando cento e cinquenta mil reais, e o Prefeito, ele tinha visto algumas mensagens que ele tinha mandado e tinha dado risada, ainda, quando uma pessoa tinha pedido para ele pagar as entidades, ele tinha dado risada no final da mensagem, ele tinha mandado uma risadinha, ou seja, ele não estava nem preocupado com o que estava acontecendo, ele estava mesmo era preocupado com o mandato dele que estava atacando de todas as formas escusas para poder ser um prefeito ou uma marionete, que ele tinha sido nos últimos quatro anos, por mais quatro anos, mas ele não conseguiria (naquele momento houve manifestação na assembleia), e o senhor Alfredo continuou sua fala dizendo que eles não poderiam admitir aquilo e aquelas coisas aconteciam quando a Câmara estava justamente de recesso, mas não era recesso, era que a Câmara tinha apenas três sessões por mês, então, aqueles acontecimentos tinham acontecido justamente quando a Câmara não tinha sessão, e eles estavam vendo aquilo de uma forma alheia e sem tomar uma providência, e num caso como aquele seria necessário, e ele falava para o senhor Presidente, que seria necessário pedir um afastamento do Prefeito para poderem saber o que estava acontecendo na Cidade, (naquele momento houve manifestação na assembleia), e o senhor Alfredo disse que era necessário porque a cidade nunca tinha ficado numa situação daquela, pelo menos para

eles saberem o que estava acontecendo, porque eles não sabiam; disse que ele estava sabendo, ainda, que ele não queria dar a transição, e eles tinham de saber a real situação do Município, para poderem informar a quem, realmente, merecia saber que era o munícipe, e eles Vereadores que não estavam sabendo de nada, ainda; e ele dizia aquilo porque a Farmácia Popular tinha fechado, que era vinte e quatro horas, a Escola das Artes tinha fechado, e tudo aquilo que eles iam fazer, ele já tinha feito; disse que eles iam fazer, e que a Escola das Artes tinha fechado, os funcionários, até funcionários que eram, todos os funcionários que trabalhavam para o Município; naquele momento esgotou o seu tempo de fala e ele solicitou ao Senhor Presidente que ele só gostaria de conferir o seu tempo e que ele achava que ainda tinha mais três minutos; (naquele momento houve manifestação na assembleia), e o Senhor Presidente disse que o tempo dele havia acabado; a seguir, fez uso da palavra o senhor Derli Antonio Vicentin, que depois de cumprimentar agradeceu ao Senhor Presidente, aos Colegas, a todos os presentes na Casa, e disse que ele estava muito orgulhoso por fazer parte daquela Casa de Leis e representar o povo de Jaguariúna; disse que aquele era um dia muito importante para ele e que ele tinha realizado o seu sonho, o sonho do pai dele que tinha sido três vezes Vereador e Presidente da Casa; disse lá ele começava a seguir os passos do pai dele, fazendo uma carreira política limpa e honesta; disse que ele tinha somente de agradecer a todos; a seguir, tomariam a palavra os senhores Edison Cardoso de Sá e Gerson Antonio que a passaram; tomou a palavra a senhora Karina Valéria Rodrigues, que depois de cumprimentar a todos, cumprimentou também o Vereador eleito Abruhez, o ex Prefeito Laercio e ao Derli deu boas vindas na Casa, e disse ao Fred que ela achava que ele não deveria ter lido a ata que tinha sido votada no começo da sessão, e que ela nunca tinha falado abduzido ou similar e o que ela falava e voltava a repetir naquela noite, era que o Tribunal Superior Eleitoral tinha falado e decidido que o Tarcisio poderia ser candidato e ainda não tinha sido julgado o mérito da ficha suja e ele sabia bem daquilo, (naquele momento houve manifestação na assembleia), e a senhora Karina continuou sua fala dizendo que não era questão de ser a favor ou contra, mas era a questão dos fatos, eram as coisas; naquele momento o Senhor Presidente solicitou à todos que deixassem a nobre Vereadora falar; ela continuou dizendo que a coisa deveria ser dita para a verdade e deixar bem claro que, independente das decisões que acontecessem nos próximos meses, até pós diplomação em dezembro, muita coisa poderia acontecer na cidade, até uma nova eleição que não estava descartada pelo Juiz de Pedreira, que ele tinha dado uma entrevista na semana anterior àquela, (naquele momento houve

manifestação na assembleia), e ela continuou sua fala dizendo que ela entendia que o Fred tinha falado que a democracia, poderiam falar e ela não estava conseguindo falar, então, ele falava uma coisa e estava certo, e por exemplo, ela gostaria que o tempo dela fosse revisto, porque se cada interrupção que ela tivesse, ela gostaria depois falar; naquele momento, diante da manifestação da assembleia, o Senhor Presidente pediu a todos que se acalmassem para escutarem a nobre Vereadora, e que lembrassem da democracia e que eram oito minutos para cada um; a senhora Karina tentou continuar sua fala, mas como não houve compreensão por parte de munícipes, o Senhor Presidente suspendeu a sessão; terminado o prazo concedido, o Senhor Presidente reabriu a sessão, e a senhora Karina Valéria Rodrigues continuou sua fala dizendo que, realmente, aquele tipo de coisa mostrava o caos; realmente, ela concordava com o Fred, que a cidade se encontrava, e ela dizia aquilo porque durante os três meses de campanha ela tinha registrado na Casa que a eleição tinha de ter um fim e que não poderia ser a guerra que estavam vivendo na cidade, por uma questão de vingança, ela não poderia entender e na vida dela, ganhou e perdeu muitos títulos e o mais fácil, e ela concordava que era ganhar, perder era a questão, só que as pessoas doentes, as crianças da Equoterapia, o Carisma e outras entidades tão importantes na cidade, não poderiam ser responsáveis, responsabilizadas por uma vingança política fosse do lado que fosse, e ela achava que o Governo tinha de entender que existiam pessoas boas de todos os lados, e eles tinham de manter aquelas entidades; disse que o que a preocupava, também, era que todas as Secretarias da cidade estavam com Secretários voluntários, e aquilo não existia, e se os Secretários fossem exonerados, eles não poderiam assinar mais nenhum ofício, tomar nenhuma decisão e acontecia que a Câmara não tinha o poder de mudar aquilo nos próximos quarenta dias e nem em um ano ano, e a decisão de exonerar e contratar era do Executivo e o que ela achava que eles poderiam era intervir perante o Executivo para pagar as entidades, e o fato era que a Prefeitura não tinha um real para nenhuma entidade e as pessoas tinham de entender; disse que ela, particularmente, tinha ido falar com o dono da empresa de ônibus e deviam dois milhões de reais, e não adiantava lá nenhum deles se isentarem daquilo porque todos os anos eles tinham votado ônibus a um real e eles nunca, nenhum deles tinha sido capaz de chamar o Presidente da Empresa durante aqueles quatro anos e perguntar se estavam recebendo, então, não adiantava naquele dia falar um ou outro, nenhum deles, os que estavam e não estavam, os que tinham estado e foram embora, nenhum deles nunca tinha chamado o dono da Estrutural ou deram um telefonema para ele para perguntar se ele estava recebendo, nenhum deles; disse

que lá não se tratava de direita, esquerda, centro, nenhum deles tinha tomado uma atitude e nunca tiveram um requerimento chamando, então, era fato e daí, sim, ela deixava claro uma coisa, que tinham usado uma matéria de jornal que na Entidade dela ela era responsável por todos os fatos e ela dizia para uma pessoa que tinha falado lá, que poderia entrar naquele dia no site da Polícia Federal e do Tribunal e viam que não tinham aberto nenhum requerimento por falta de provas, mas se tivessem aberto, ela era a principal responsável por aquilo, e, na verdade, eles tinham tido um voto extra de confiança para o Governo, que por dois milhões de reais, por uma subvenção de um e setenta, dava um milhão de passagens não pagas, que a Prefeitura tinha deixado de pagar nos quatro anos, um milhão de catracas, ou seja, um milhão de pessoas tinham passado na catraca e a Prefeitura não pagou, mas eles como fiscalizadores, todos eles, deveriam ter olhado aquilo (naquele momento houve manifestação na assembleia) e ela continuou sua fala, dizendo que, então, a ideia era aquela, e ela falava que independente daquilo, não constava em nenhuma ata, nenhum pedido de nenhum Vereador da Casa, nos últimos quatro anos, sobre a real situação, nunca existiu nenhum documento de nenhum Vereador pedindo a real situação dos credores da Prefeitura, então todos eles, entre aspas, tinham uma parcela de culpa naquilo (naquele momento houve manifestação na assembleia) e ela continuou sua fala, dizendo que eles tinham uma Câmara que naquele momento nenhum deles era responsável pelo que tinha acontecido, mas todos eles eram responsáveis pela omissão, todos eles, de todos os partidos, de todos os governos, e talvez ela tivesse tido a humildade suficiente de não querer mais ser candidata, que tinha sido pelo partido dela (naquele momento houve manifestação na assembleia) e ela continuou sua fala, dizendo, porque, realmente, o que o Fred tinha falado era uma verdade, que muita gente fantasiava com os salários deles lá e muitos secretários, muitos RPAs, ganhavam o triplo deles, e a ideia dela era aquela e ela queria deixar registrado com as entidades a sua solidariedade e que era preocupante porque uma coisa era não querer pagar e outra coisa era não terem dinheiro para pagar; naquele momento houve manifestação na assembleia e o Senhor Presidente solicitou calma para que todos pudessem ouvir a Vereadora, e como não houve entendimento, o Senhor Presidente suspendeu a sessão; terminado o prazo concedido o Senhor Presidente reabriu a sessão, dizendo que ele estava deixando todos argumentarem, mas pediu para que todos escutassem primeiro e depois argumentassem, porque eles estavam lá para trabalhar, para votar, e que o processo democrático era bonito e tinha de existir sempre, mas com educação, com respeito, assim como eles respeitavam a todos, e se fosse obrigado ele

suspenderia a sessão e acabou; pediu em seguida para que a senhora Vereadora Karina terminasse sua fala, e ela disse que tinha andado nos últimos dias falando com as empresas credoras da Prefeitura e tinham empresas credoras de mil reais até dez milhões de reais, e a Prefeitura tinha dívida de um real até cinco mil reais e a situação de caixa de Prefeitura era zero, não adiantava se enganar, não adiantava brigar no Centro Cultural, a situação era complicada, a situação era, os profissionais que estavam sendo mandado embora, estavam sendo mandado embora sem a multa de quarenta por cento de FGTS, o que ia causar processos trabalhistas para o futuro, e as pessoas não eram vinculadas ao Gustavo, não eram vinculadas ao Tarcisio, elas eram vinculadas à Prefeitura, e a multa de quarenta por cento ganhava em qualquer juizado trabalhista, então, a questão era complicada e era, particularmente, que as entidades emergenciais iam ter de procurar parcerias privadas nos próximos quarenta dias, porque não era uma questão de não quererem pagar, não tinha recursos para pagar, não existia recursos públicos para pagar e se tivesse sido ou não mal administrado era uma questão, e ela deixava lá a realidade do momento, não tinha recurso e não tinha previsão de recurso até trinta e um do doze paga pagar aquelas entidades; a seguir, fazia uso da palavra a senhora Maria Nalva Vieira Gama que a passou; fez uso da palavra o senhor Rainero Venturini, que depois de cumprimentar a todos disse que ele tinha entrado na Casa com um requerimento sobre a duplicação da pista, eles poderiam achar que não era necessário, mas era para prestar atenção, porque era muito importante, muito útil, e que tinha sido feito muitos e muitos requerimentos e ele tinha feito muitos requerimentos pedindo para que a abrissem, para que não acontecessem mais as mortes, da forma como estavam acontecendo, porque todos deveriam pensar bem, porque graças a Deus, não tinha morrido ninguém das famílias que estavam na Casa, naquela noite, porque quando morria um da família, tinham de colocar a mão na consciência, e aquela Van que estava levando dezessete estudantes para pegar os diplomas em Amparo, morreram quase todos naquele dia do diploma lá naquela curva, então, ele achava que iam se reunir com engenheiro do DER e Departamentos todos e pegarem firme com eles para que fizessem uma segurança máxima lá para que não acontecesse mais aquilo e caso eles não obedecessem, ele pedia para que todos acompanhassem, e fizessem um manifesto para resolver de vez o problema daquela curva lá, porque muitas pessoas morreram inocentes, sem esperar, e iam caminhando para lá, então ela achava que se eles, numa boa não obedecessem, eles todos iriam precisar de fazer um manifesto para tentar resolver de uma vez por todas o problema daquela estrada lá; a seguir disse que sobre governo e não governo, ele achava

que todos tinham de prestar muita atenção, porque eleito um, eleito outro, e tudo na vida era para corrigir os erros de cada um, todo mundo errava, e poderiam prestar atenção, ele queria que alguém de lá falasse que nunca tinha errado, queria que falassem que nunca tinha errado e que prestassem muita atenção porque todo mundo errava na vida e, talvez, e estava lá o Laércio, um grande Prefeito, que restaurou, abriu a cidade para o crescimento, e estava lá, e ele o parabenizava e tinha sido um dos maiores Prefeitos, e ele, e que isso ele falava de peito aberto, que tinha sido um dos maiores prefeitos, e ele tirava o chapéu para ele, que ele tinha sido corajoso, tinha enfrentado o Governo, enfrentado Exército, não teve medo, pois a bomba no pontilhão, explodiu e não quis nem saber, porque lá ele mandava, ele tinha explodido o pontilhão, enfrentado a FEPASA e tudo; então, aquele era um Governo que poderia abraçar e parabenizar ele, e se o outro tinha errado, que servisse de exemplo, pusesse a mão na cabeça, porque ele conhecia o Tarcisio, era bom administrador, só que tinha tido uma pequena falha e o outro tinha ganhado, então tinham de colocar a mão na consciência e que Deus não fazia nada de errado, e tinha precisado perder para aprender o trilho e ver e escutar um pouco, porque ele tinha sido Vereador junto com ele, e estava lá o Fred de testemunha, quando foram fazer a ponte da Antartica, ele tinha ido lá ver e tinha irregularidades e ele discutiu com o engenheiro e este perguntou para ele se ele era engenheiro e ele disse que não era, mas que ensinava ele a trabalhar, daí ele pegou o Fred, e foi no Gabinete conversou com o Tarcisio e ele chamou o Fred e foram até a ponte e subiram a ponte, porque eles iam fazer a ponte muito baixa e ia represar; falou da construção das casas do Pinheiros que, também, estavam fazendo coisa errada, e quando chamaram ele para ir lá para executar um serviço e quando ele chegou lá, as lajes eram todas irregulares, então, ele chamou o Tarcisio e comentou com o Fred e trocaram todas as lajes (naquele momento houve manifestação na assembleia) e ele continuou sua fala, dizendo que ele achava que se eles tinham errado, também, tinham acertado muitas coisas e procurou ajudar o Governo, só que o Governo Tarcisio ele também tirava o chapéu, só que se tinha se perdido, e não era ele que ia falar qual tinha sido o erro, mas Deus sabia o que fazia e não fazia nada de errado, e se ele assumisse, ele estava lá e iam trabalhar pela cidade no que pudesse, porque eles tinham de lutar pelo povo, então, tudo servia de exemplo, o erro servia para se ver o erro e consertar; a seguir, tomou a palavra o Senhor Presidente, que agradeceu a presença de todos e disse que estavam vivendo aquele momento transitório, democrático e aquilo a cidade tinha de viver constantemente; agradeceu a presença do Laércio, ex Prefeito, do Lúcio, ex vice Prefeito, do

Senhor Pedro Abrucez que estava até aquele momento na Casa e ressaltou a presença do nobre cidadão Tomaz, que fazia um brilhante trabalho na Casa da Memória, e que naquela noite votariam um projeto muito importante do patrimônio histórico da cidade; se solidarizou com as entidades que estavam sendo lesadas pelos cortes e disse que eles não compartilhavam com aquilo e todos eles estavam chateados com o momento em que estava vivendo a cidade e que ele só sabia que não poderiam parar, eles tinham de ficar lá até trinta e um do doze e quem sabia se no dia um de dois mil e treze iria melhorar para todos, exclamou, e aquele era o voto, mas aquele era um momento democrático e eles tinham de fazer o papel deles, tinham de trabalhar, e a população tinha de fazer o papel da população e também ajudar o Vereador a fiscalizar, criticar, apoiar, vaia, fazer o que fosse necessário; Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Derli Antonio Vicentin, Edison Cardoso de Sá, Gerson Antonio, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, III, do Regimento Interno, combinado com o Art. 24, inciso III, § 2º da Lei Orgânica do Município, o Senhor Fábio Augusto Pina. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados: 1. Processo CM nº 056/2012 do Executivo Municipal, Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 028/2012, que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do art. 3º, da Lei nº 1.812, de 16 de junho de 2008. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XIII – para rejeição do veto). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, contrário ao veto. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que para esclarecer aquele projeto de lei, ali, eles estavam votando um veto que o Prefeito tinha feito a um projeto daquela Casa de Leis, e que era competência da Câmara dizer o quanto o Prefeito iria ganhar na próxima Legislatura, e que tinham feito isso em junho desse ano, determinando que o Prefeito de Jaguariúna iria ganhar dezessete mil e setenta e três reais, o Vice-Prefeito, cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e os Secretários Municipais oito mil, seiscentos e setenta e seis reais; disse que era uma lei de competência da Câmara, que tinha sido votada por esta

Câmara, aprovada, foi para o Prefeito e ele vetou, e que agora iriam analisar o veto, e quem fosse favorável ao veto iria votar contrário ao projeto, e quem fosse contrário ao veto iria fazer com que o projeto permanecesse em vigor; e entre outras coisas disse que “sim” era acatar o veto, e não ter o aumento, e que não se lembrava quanto era o salário anteriormente, (o Sr. Presidente disse que “sim” acatava o veto e “não” não rejeitava o veto) e que tinha sido aplicado o GPM, que poderia ter o reajuste dos servidores, era o que tinha o reajuste na lei, e não, era contrário ao veto; a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que disse ao Sr. Presidente que a questão que faltava explicar ali era que em dois mil e treze, quando tivesse a data base dos servidores, poderiam, também, aumentar os salários decorrentes do aumento que viesse para os servidores; disse que a próxima Legislatura, a Mesa, também, tinha a prerrogativa de fazer a proposta majorando o salário do Prefeito, do Vice e do Secretário. A seguir, em votação o Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 028/2012, que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do art. 3º, da Lei nº 1.812, de 16 de junho de 2008 foi o mesmo rejeitado por seis votos contrários, sendo dois favoráveis dos Srs. Edison Cardoso de Sá e Karina Valéria Rodrigues; 2. Processo CM nº 076/2012, do Executivo Municipal, Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 015, de 2012, que altera a Lei Complementar nº 211/2012, que dispõe sobre o desmembramento de lotes e a regularização de construções clandestinas e/ou irregulares no âmbito do Município de Jaguariúna e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XIII – para rejeição do veto). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, contrário ao veto. O Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos entre os Pares. Reabrindo a Sessão, o Sr. Presidente colocou o referido Veto em Discussão, pedindo a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, e disse que gostaria de pedir, novamente, o voto contrário a este Veto, dos nobres Pares, e explicou que aquele era um projeto de lei que estava tentando ir ao encontro dos anseios de muitos moradores que estavam tentando desmembrar o seu lote, que já existia uma construção, e muitos fizeram o projeto e chegaram até o Cartório de Registro de Imóveis e teve um problema com a averbação do imóvel ou não, e que estavam dando ali a possibilidade dessas pessoas desmembrarem, tendo o imóvel averbado ou não, inclusive tinham feito ali uma emenda, dando àquelas pessoas que estavam pleiteando aquela lei, a isenção dos pagamentos das taxas municipais, que ficavam, aproximadamente, em torno de novecentos reais; disse que o Prefeito vetou em

virtude de achar que era um renúncia de Receita, e o parecer deles acompanhou aquilo que o Prefeito determinou, mas entendiam que seria uma Receita a partir do momento que se entrava com o desmembramento, mas isso vinha através de um benefício, porque sabiam de muitas pessoas que estavam precisando disso, e novecentos reais inviabilizava totalmente, e que sabiam que muitas pessoas não conseguiam nem pagar a Escritura, quanto menos conseguir fazer o desmembramento para ter o seu contrato separado; disse achar que seria interessante votar contra esse veto e cabia à Justiça, depois, arguir se tinha algum fundamento essa fundamentação do veto; pediu aos Pares que votassem contrário a esse veto; agradeceu. A seguir, em votação, foi o Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 015, de 2012, que altera a Lei Complementar nº 211/2012, que dispõe sobre o desmembramento de lotes e a regularização de construções clandestinas e/ou irregulares no âmbito do Município de Jaguariúna e dá outras providências, rejeitado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 042/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre o processo de tombamento de bens, acerca do uso e a ocupação das áreas envoltórias de bens tombados ou em processo de tombamento, sobre preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, ambiental, documental e paisagístico do Município de Jaguariúna e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.) Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento, Finanças e Contabilidade, e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo, apresentando a seguinte Emenda Aditiva: “Acrescente-se ao inciso VII, do artigo 11 do projeto de lei nº 042/2012 a expressão ‘que o fará a través de lei específica’, passando a ter a seguinte redação: Art. 11 - ... VII – depois de aprovada a deliberação pelo tombamento do bem pelo CONPHAAJ e decorrido “in albis” o prazo recursal expresso nesta lei, o processo de tombamento será submetido à homologação pelo Prefeito, que o fará através de lei específica, procedendo-se à publicidade dos atos e inscrição no Livro Tombo, bem como, promovendo-se as demais medidas cabíveis.” Antes de colocar a emenda em discussão, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos; decorrido o prazo necessário para os esclarecimentos, o Sr. Presidente reabriu a sessão colocando em discussão a Emenda Ativa acrescentando ao inciso VII, do artigo 11 do projeto de lei nº 042/2012 a expressão ‘que o fará a través de lei específica’; em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que gostaria de falar sobre a Emenda, que foi de sua autoria e de alguns membros que

estavam presentes na reunião do dia anterior, e que o projeto de lei de tombamento, ele passou pela Casa, tiveram a oportunidade de analisá-lo, e que estavam sugerindo uma emenda, que era depois de todo o processo de tombamento feito pelos técnicos, enfim, e era encaminhado ao Prefeito, a solicitação deles era que esse o faria através de Lei e não de Decreto, que passasse o projeto de tombamento pela Casa, e que esta foi a proposta deles, e que existiam, ali, alguns entendimentos, e cabia, realmente, a cada um analisar como bem votar aquele projeto, e que ele gostaria que a Casa fosse toda vez ouvida, porque existia recurso público nesses tipos de tombamento, e que gostaria, realmente, de ser ouvido e analisado o projeto caso a caso; disse que cabia a cada Vereador analisar e votar como bem entendesse; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos, dizendo que era para ficar claro aquela questão e que, de fato, existia uma divergência no ponto de vista na opinião do nobre Colega com relação, também, àquilo que o Conselho colocava, e aquilo que também foi avaliado por alguns Vereadores e ele comungava dessa opinião; disse que ao levar aquela discussão ao crivo da Câmara, eles politizavam o debate, e tornavam essa uma questão política, ao passo que nesse Conselho existiam pessoas com capacidade, pessoas renomadas, com condições técnicas de avaliar e de discutir e de propor questões que tangiam o tombamento ou não de patrimônios públicos, e patrimônio histórico da Cidade; disse que comungava da opinião do Conselho, e pedia aos demais nobres Colegas, que recusassem a Emenda, e aprovassem o projeto na íntegra; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos mais uma vez, e ressaltou a presença do Vice-Prefeito Lúcio, e lhe deu os parabéns, pela sua gestão e sua pessoa, e que as questões eram as seguintes: hoje, a Cidade, disse ao Fred, não tinha lei nenhuma sobre tombamento, e por isso aquela casa perto do Santander foi comprada e demolida em dois dias, e que isso não tinha volta, e repetiu que isso não tinha volta, e que era uma dívida que se pagava, mas aquela casa que foi jogada no chão, não tinha volta; disse que o que eles estavam discutindo, e ali parabenizando... e diante de manifestação na assembleia, disse que o Coronel Amâncio, também; (houve manifestações na assembleia) e voltou a dizer que aquilo que estavam destacando, disse ao Fred, era que há quatro anos o Tomaz fazia um trabalho brilhante nesta área de tombamento, com a história da Cidade, independente de quem nasceu, ou de quem não nasceu aqui, para olhar para frente tinha que respeitar o passado; disse que era fato que o mercado imobiliário na Cidade era muito caro, era muito rico e muito politizado; disse que ela, também discordava que politizar o tombamento da História, de

Patrimônios Históricos seria ficar à mercê de pretensões políticas nos próximos anos, e isso, como bem tinha citado a Arquiteta, a nível federal não acontecia, a nível estadual não acontecia, e que nunca os órgãos, os conselhos de tombamento ficavam à mercê nem da Câmara Federal, nem da Assembleia Legislativa e que ela achava que a História era uma coisa muito rica numa cidade, e que esta Casa não tinha capacidade de saber, salvo alguma pessoa como ele, que era Engenheiro, de avaliar isso, e que por isso existia um Conselho, que deveriam ser formado por pessoas indicadas pelo Prefeito e pela iniciativa civil, iniciativa pública, e achava que eles vincularem uma questão dessas, a Câmara, seria mais uma falta de respeito com a História da Cidade; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, novamente, dizendo de esclarecer que ninguém ali estava questionando o Conselho que tinha sido formado, já existia e estava trabalhando, e que no Capítulo dois, que falava do Tombamento, o que ele queria deixar claro era o seguinte, no inciso sétimo que falava a Lei: “depois de aprovada a deliberação pelo tombamento do bem pelo Conselho e decorrido ‘in albis’”; perguntou ao Professor Tomaz o significava “in albis”, e que era às claras, confirmou; “as claras, o prazo recursal expresso nesta lei, o processo de tombamento será submetido a homologação pelo Prefeito,” Disse que para o Prefeito homologar tinha duas formas ou era por Decreto ou era por Lei, e o que ele queria, e estava sugerindo, era sua opinião, que esta homologação fosse por lei, que passasse pela Câmara, e eles debatessem ali, e que era só isso, e se quisessem deixar como estava, iria ficar pelo Prefeito, ele poderia homologar por Decreto ou podia mandar uma lei, ou podia mandar uma lei, também, repetiu, pois não estava claro ali; disse que até onde ele entendia era dessa forma, e que era essa sua sugestão e que cabia aos nobres Pares pensarem e analisarem e acabou! A seguir, em votação a Emenda Aditiva, foi a mesma rejeitada por cinco votos contrários, sendo três favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Derli Antonio Vicentin e Rubens das Virgens. A seguir, Em Discussão e votação o Projeto de Lei nº 042/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre o processo de tombamento de bens, acerca do uso e a ocupação das áreas envoltórias de bens tombados ou em processo de tombamento, sobre preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, ambiental, documental e paisagístico do Município de Jaguariúna e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2012, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Eliseu Rodrigues de Oliveira. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do

R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, em Discussão e em Votação Secreta: primeiramente, foi realizada a chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Derli Antonio Vicentin, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, III, do Regimento Interno, combinado com o Art. 24, inciso III, § 2º da Lei Orgânica do Município, o Senhor Fábio Augusto Pina; a seguir, foram distribuídas as cédulas aos Vereadores, rubricadas pelo Presidente; em seguida, foi feita a chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Karina Valéria Rodrigues e Rainero Venturini para ajudarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: nove votos favoráveis; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2012, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Eliseu Rodrigues de Oliveira, foi aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 009/2012, do Executivo Municipal, dá nova redação ao parágrafo único do art. 130, da Lei Complementar nº 4/1991 (Código Tributário do Município). (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 034/2012 dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina, que dispõe sobre denominação de vias públicas do loteamento denominado “Residencial Santa Francisca (Quorum de deliberação: maioria simples :Art. 49, “a” § 1º, I). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, novamente, dizendo que aquele projeto visava dar nomes de pessoas da Comunidade em ruas do Bairro Santa Francisca, ali perto do Florianópolis, e como eram vários nomes e tinham um histórico da grande maioria ali, gostaria de só falar o nome das pessoas que

seriam homenageadas, e que esperava, realmente, ter o apoio dos nobres Pares, e a seguir colocou que a rua um e a rua vinte do determinado bairro, que se chamava “Jardim Santa Francisca” seria dado o nome de “Renato Abruhez”; a rua dois: seria rua “Izaura André Dantas”; rua três: rua “Lazinho Granzotti”; rua quatro: rua “Marcilio Gomes”; rua cinco: rua “Domingos Granghelli”; rua seis: rua “Eurico Lucilo Bergamasco (Lilão)”; rua Sete: rua “José Emílio Pires Bergamasco”; rua oito: rua “Nelson Fonseca da Luz”; rua nove: rua “Odivor Fontanella”; rua dez: rua “Tuguio Fujimoto”; rua onze: rua “Otilia Lino do Prado”; rua doze: rua “Vitório Bruno”; rua treze: rua “José Andrietti”; rua quatorze: rua “Enefino Jorge de Almeida”; rua quinze: rua “Bento Alves de Godoy”; rua dezesseis: rua “Murilo Cerri Ramos Filho – Murilinho”; rua dezessete: rua “Gelson Tonietti (Terção)”; rua dezoito e rua dezenove: rua “Vereadora Adna Hossri Faria”; rua vinte e um: rua “Pedro Coelho do Amaral Neto”; rua vinte e dois: rua “Antonio Coelho do Amaral Sobrinho”; rua vinte e três: rua “Onivaldo Marconato (Dinho)”; rua vinte e quatro: rua “José Marcos Rodrigues dos Santos (Marcão); rua vinte e cinco: rua “Antonio Carlos Chiavegato (tio Toné)”; rua vinte e seis: rua “Sebastião de Oliveira (Maninho)”; rua vinte e sete: rua “Leonilde Souza Bruno”; disse que eram vinte e sete ruas, e agradeceu. A seguir, em votação, o Projeto de Lei nº 034/2012 dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina, que dispõe sobre denominação de vias públicas do loteamento denominado “Residencial Santa Francisca, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 046/2012 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que institui a transição democrática de governo no Município de Jaguariúna, dispõe sobre a formação de equipe de transição, define o seu funcionamento e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples :Art. 49, “a” § 1º, I). Antes da Leitura do Parecer, foi apresentado pelo Sr. Edison Cardoso de Sá pedido de vistas ao referido projeto, em conformidade com o art. 299, do Regimento Interno, pelo prazo correspondente ao intervalo entre aquela sessão e a próxima a ser realizada no dia treze de novembro; em discussão e votação o referido requerimento de vistas obteve o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini, e quatro contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Derli Antonio Vicentin, Gerson Antonio e Rubens das Virgens. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi favorável ao referido requerimento, sendo assim, o mesmo foi aprovado por cinco votos favoráveis, sendo quatro contrários, e o Projeto de Lei nº 046/2012

do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que institui a transição democrática de governo no Município de Jaguariúna, dispõe sobre a formação de equipe de transição, define o seu funcionamento e dá outras providências, encaminhado para a Ordem do Dia da Vigésima Sexta Sessão Ordinária, que se realizaria em treze de novembro de dois mil e doze. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite à todos e disse que gostaria de dar continuidade a fala dele que foi interrompida no início e disse que o Município se encontrava numa situação difícil, o Executivo, em meados daquele ano tinha mandado para a Casa um projeto de lei, numa terça-feira e na mesma terça-feira tinha sido votado que era o projeto do Estatutário que tinha mudado o Regime de Previdência do Município; ele fez rápido porque já tinha uma dívida grande com o INSS; a Karina Valéria Rodrigues tinha dito que era uma dívida com uma empresa de ônibus, algo em torno de dois milhões e meio, mais ou menos, e que tinha também uma dívida com o INSS em torno de quatro milhões; disse que aquela dívida com o INSS não foi paga, em virtude disso não ter feito um ajuste dela também, e, com isso foi cancelado o repasse de FPM para o Município, um recurso de Governo Federal que poderia vir para o Município, tinha deixado de vir, infelizmente, por não ter pago o INSS; então, infelizmente, o Município estava perdendo Receita e com aquilo prejudicando, ainda mais, o andamento dos trabalhos daquela Prefeitura e refletindo nas entidades que ali estavam; disse que ele acreditava que a maioria das entidades estavam esperando uma resposta deles, ele achava que deveria dar uma resposta a eles porque eles precisavam do trabalho; (naquele momento houve manifestação através de palmas); o Vereador Alfredo Chiavegato Neto voltando a fala disse que eles faziam um trabalho voluntarioso, e, que, realmente, competia àquela Casa dar condições para que eles exercessem aquilo; dia vinte e seis de novembro do corrente ano, eles iriam ter Audiência Pública, às dezenove horas que trataria do Orçamento para o ano vindouro; ele convidou à todos para participar da Audiência Pública até para poder receber sugestões de emendas no próprio projeto que iria ser discutido e eles esperavam, como todos os anos destinavam recursos àquelas entidades, ele acreditava que a maioria de todos os anos anteriores receberam até a data do mês de dezembro, inclusive, ele lembrava que muitas entidades para fechar os trabalhos sempre pediam um pouquinho a mais de recurso e vinham a Casa e, realmente era dado como uma forma de subvenção, também, porque eles

sabiam que o dinheiro dado no ano não tinha sido suficiente para poder suprir as necessidades; então, ele acreditava que eles precisavam sair dali com uma comissão formada para ir conversar com o Prefeito e sugerir que, se ele tivesse prioridades, que ele esquecesse que tinha, e eles sabiam que tinha, e, realmente, voltasse os olhos para aquelas entidades que tanto precisavam; ele voltava a dizer, não era muito recurso, era cento e cinquenta mil reais, ele não tinha computado, disse ao Vereador Rubens das Virgens, no papel que ele tinha, a Equoterapia que sabia que era vinte e nove mil só, disse ao Wilson que precisa para terminar, que fazia um trabalho belíssimo com as pessoas portadoras de necessidades especiais; o Carisma que eles sabiam que fazia um trabalho, era uma entidade em Jaguariúna que fazia um trabalho com pessoas portadoras; naquele momento o Vereador Alfredo Chiavegato Neto foi interrompido e, entre outras coisas disse que vender patrimônio ele não iria nem falar, era totalmente contra, achar recurso achava, tinha recurso, era para ter certeza que tinha; então, ele acreditava que a entidade como ele falou do Pastor Rubens das Virgens, também estava sem receber desde o mês passado, fazia um trabalho com as pessoas dependentes químicas e eles sabiam que o trabalho feito pela entidade Carisma, o valor pago para aquela entidade era muito menor do que se pagava para as entidades da região fora de Jaguariúna, então ele pedia que voltassem os olhos para aquela questão, sair dali com uma comissão formada, falar com o Prefeito, agendar um dia e que ele, realmente, com as pessoas da entidade, pudessem sair de lá com uma posição a contento de todos porque sabiam do trabalho deles e seria difícil continuar trabalhando com a falta de recurso que era tão necessária para o desenvolvimento do trabalho; então, ele pedia a todos um empenho ao líder do Governo – Vereador Edison Cardoso de Sá e que ele agendasse aquilo, ele sabia que era difícil mas, era naquela hora que eles precisavam do empenho dele; aproveitou para agradecer à todos por aquela sessão, parabenizou o Vereador Derli pelo trabalho, agradeceu pela companhia por estar acompanhando-os; agradeceu ao CONPHAAJ, ao Tomás pelo brilhante trabalho que vinha fazendo, realmente, o projeto dele teve êxito e o Vereador Alfredo Chiavegato Neto esperava que ele conseguisse realizar o sonho de preservar um pouquinho mais o patrimônio que existia no Município; pediu desculpa se, às vezes discutiam uma posição, e ele achava salutar, era o trabalho deles, era o momento para discutir aquilo que tinha como ideia e, democraticamente, respeitar o anseio de todos; disse, ainda, que teve um último projeto de lei que foi enviado à Casa e foi feito um pedido de vista da qual foi votado contrário que era o projeto de transição, um projeto de transição que deram entrada naquela noite, seria a primeira votação, teria mais uma votação,

seria a segunda votação na semana que entraria, depois aquele projeto seria encaminhado para o Prefeito e ele tinha quinze dias para analisar e podia vetar ou não; o projeto de transição era com o intuito de, não era, eles sabiam que naquele Governo seria difícil mas, que servisse para os próximos governos, muito tinha sido falado, foi comentado nos bastidores que se o projeto fosse por iniciativa de outro Vereador, talvez prosperasse, como era dele, de iniciativa dele, talvez ficasse prejudicado; então, que tirasse o Alfredo Chiavegato Neto, filho do Prefeito da questão e era para analisar de uma forma, realmente, necessária ao bom andamento da Administração da Prefeitura e da Câmara Municipal; precisava haver a transição para saber como foi feito, como estava sendo feito, principalmente o gasto com o dinheiro público; o Lúcio Pires estava lá, que muito honrou o pai dele sendo o Vice-Prefeito e sabia como era feita a transição em dois mil e oito, foi feito da melhor maneira possível na maior lisura, sem precisar de lei, sem precisar pedir para que, realmente, entrasse naquela Casa; o Município foi entregue em dois mil e oito com recurso em caixa e com dinheiro para começar a trabalhar e foi dado, rotulado politicamente no momento como o “Governo ficha suja”, era para imaginar o de agora; (houve manifestação através de palmas); continuando a fala, ele disse que era para pensar de como seria o de agora; houve manifestação através de palmas; e não era só ele que estava falando, a maioria dos pares que foram lá falar, falaram que a situação estava crítica no Município; então, ele gostaria realmente, e disse mais uma coisa, teve um requerimento do nobre Vereador Gerson do Gás que quase não foi aprovado, quase não foi aprovado, onde ele pedia informações ao Ministério Público de todos os processos que tinha lá, eles viram que quase não foi aprovado e sabe quem tinha pedido aquele requerimento?, o próprio Prefeito, o próprio Prefeito pediu em conversa com o Vereador Gerson do Gás dizendo, “ah, já que não”, daí o Gerson questiono: “Tem um monte de processo?” “Não, não tem!”, disse o Prefeito, e o Vereador Gerson disse: “Ah! não tem! Então eu posso pedir informação?” O Prefeito disse: “Pode”, então ele fez o pedido de informação e quase não foi aprovado, era para ver como era o jogo político, tudo era válido, eles sabiam e tinham que respeitar, mas, graças a Deus foi aprovado e ele esperava que o Ministério Público encaminhasse a Casa todas as denúncias que tinha lá e sabiam que tinham muitas, enfim, e que a Câmara Municipal pudesse analisar um Governo que, no final, um final melancólico como aquele ele só poderia dizer que nem ficha suja era, ele não iria dizer, nem o que era, porque, realmente, era muito pior do que aquilo; agradeceu a todos e desejou boa noite; (houve manifestação através de palmas); a seguir, tomou a palavra o Vereador Rubens das Virgens

que desejou boa noite à todos e disse que só queria se solidarizar com as palavras do Vereador Alfredo Chiavegato Neto e dizer que, a relevância do serviços prestados, não cabia dizer que não havia recurso, ele deu um exemplo, antes ele gostaria de fazer uma correção, a Casa, ou a entidade do Pastor Rubens não existia, não existia entidade do Pastor Rubens; ele, em Amparo, trabalhou na diretoria de uma Casa de Recuperação e mudando para Jaguariúna, aproximadamente há quinze anos, abriu uma Casa na Cidade e mantinha com recurso próprio e, depois quando Vereador ele deixou a Presidência da Casa; dez anos depois, passou para outra diretoria, eles que cuidavam, ele mesmo nem ia, eles prestavam conta para o Conselho Municipal e era fiscalizado pelo Município, era daquela forma que funcionava a Casa, existia e funcionava no momento, não nos moldes do Pastor Rubens porque não era dele, funcionava nos moldes exigidos pelo Município; foi exigido que tivesse os profissionais e, então eles colocaram os profissionais necessários mas, o que acontecia era que todos os internos que estavam lá havia passado por uma avaliação anterior, foi até a Gestão Social, a Gestão Social encaminhou para que fosse examinado por um médico e por um psiquiatra se havia condição para fazer aquele tipo de tratamento, foi avaliado, fez uma avaliação com o clínico geral, constatou que poderia e, o atendimento da Casa no momento, era uma solicitação do próprio Município, do próprio Prefeito representado pela Secretaria de Gestão Social; aquelas pessoas foram até a Gestão Social e a Gestão Social tinha encaminhado e o Carisma simplesmente recebeu aquelas pessoas; outro dia o Presidente ligou e disse que tinha uma pessoa que precisava de alimentação por sonda mas não tinha o alimento, a receita que foi dada, e eles não tinham dinheiro e que iria emprestar dinheiro e acharia um agiota para emprestar o dinheiro para comprar o alimento; se não tinha dinheiro para dar o medicamento para uma pessoa com câncer, daí era diferente, ele achava que deveria se repensar aquela questão, não iria dar porque não tinha dinheiro, se já foi avaliado pelos profissionais, as pessoas necessitavam de tratamento ou estavam em tratamento, como não tinha dinheiro para fazer o tratamento? Disse que iria colocar onde aquele povo, agora o Presidente tinha que por comida, como fazia, perguntou; disse que do Carisma ele tinha as informações porque o Presidente ligava e passava todos os dias, das outras, com certeza, deveriam ser semelhantes porque todos eles tinham um planejamento de pagamento e como iriam recorrer para continuar atender àquelas pessoas, se não tinha dinheiro para tratar aquilo que o próprio Município dizia estar doente e precisava de tratamento, tinha dinheiro para quê? Era uma situação muito caótica; agradeceu e desejou boa noite a todos. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão,

convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia treze de novembro de dois mil e doze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

